

Entre a mora e a rua: o visitante familiar. A relação entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa na análise de crianças e adolescentes em contexto de rua usuárias de solventes no Rio de Janeiro e em São Paulo<sup>1</sup>.

**Danielle de Carvalho Vallim – USP, Brasil**

Palavras-chave:

Observação participante, população em situação de rua, uso abusivo de drogas, solventes

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

## 1 - INTRODUÇÃO

Se concordarmos que a sociedade é criada por pessoas socializadas e treinadas nas atividades que a farão se mover – esse conhecido processo circular –, então o fracasso da sociedade em socializar adequadamente muitas crianças pode ser um presságio de terríveis problemas que ocorrerão, assim como um índice daqueles que já existem.

*Howard Becker*

A partir da Constituição de 1988 as políticas sociais brasileiras, voltadas para a infância e adolescência, consolidam-se como setores estratégicos, especialmente no sentido de prover mecanismos de proteção e redução das vulnerabilidades deste grupo, principalmente dos que estão mais propensos (hipoteticamente) à violência e criminalidade, com isso o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) expõem a noção de redução das vulnerabilidades juvenis, que em grande parte dos casos remete a noção de fragilidade e dependência, principalmente relacionada à situação de jovens mais pobres (MALVASI & ADORNO, 2014).

Juntamente a este processo, surge o debate e a construção de ações às crianças e adolescentes pobres como parte da agenda de programas de intervenção e pesquisa. Nestes, “meninos de rua”, “menores institucionalizados” e “infratores” (ADORNO & DA SILVA, 1998, p.11) por muitas vezes são colocados no mesmo plano. , fazendo com que a repercussão na mídia e no senso comum , por muitas vezes, gere categorias que podem empregar às crianças e adolescentes em situação de rua um menor valor social e, conseqüentemente, estigma e preconceito na medida em que constrói a ideia de que o “menino de rua” se apresenta como um sujeito violento, ameaçador, socialmente indesejável e sem atributos cidadãos (ADORNO E DA SILVA, 1998, ADORNO, 1998).

“Essas categorias não são neutras e nem procuram falar de um mesmo fato, sua inclusão em um mesmo tema gera problemas ainda mais complexos. Problemas que se colocam também na esfera do trabalho prático. Assim se “menino de rua” como qualquer menino pobre presente na rua, iguala-se a infrator, estaremos pensando e agindo como apregoava o extinto código de “menores”, ou seja, são infratores todos aqueles que se colocavam em uma situação “irregular”, a rua seria portanto a situação irregular (ADORNO E DA SILVA, 1998. p. 11).

Como parte dos cenários da rua encontram-se crianças e adolescentes em trânsito e em direção à rua, marcados por um estilo de vida construído por adesão a um espaço imerso em situações de vulnerabilidades, tais como: falta de proteção, exposição exagerada,

assédios, desestrutura familiar, miséria, pobreza, abuso sexual, racismo, e baixa escolaridade (ADORNO, 1996, VALLIM, 2015). Adorno (1996) esclarece que este conjunto de dispositivos e situações promove “a construção de estratégias de mecanismos de manipulação e defesa que acabam por formar um tipo de sociabilidade que se produz e reproduz tendo como referência o grupo, “a turma”, o “bando”, que se opõe à casa, à família como forma de organização de vida” (p.4).

Em meio a esta forma de organização de vida ocorre o uso abusivo de substâncias psicoativas, especialmente os solventes e inalantes como thinner, loló, cola e lança perfume, que pode ser entendido como uma das atividades que pertencem a esse circuito (CEBRID, 2014, VALLIM, 2015, ADORNO & DA SILVA, 1998, PROJETO QUIXOTE, 2016, CASAS VIVA, 2015, NASCIMENTO, 2009), “tornando-se elemento “identitário” da vivência no espaço da rua” (RAUP & ADORNO, 2011, p. 59).

O uso de inalantes com o objetivo de alterar os sentidos é uma atividade corrente na história da civilização. Nascimento (2009) explica que os anciãos hebreus faziam uso de gases frios inalantes, que provinham das fendas das rochas, como parte de um culto religioso. Nativos da América do Sul utilizavam inalantes, semelhantes a alucinógenos, em cerimônias religiosas como celebração de ritos de passagem dos jovens (CCSA, 2006) e o pintor Van Gogh (1853-1890) fazia uso terebentina, um composto derivado do petróleo, usado como solvente de tintas (FORSTER *et al.*, 1994).

A produção de solventes com fins industriais tem início em 1940. A primeira morte relacionada ao consumo destas substâncias foi registrada na Inglaterra, em 1970, e em 1988 já estavam sendo registrados 134 mortes/ano (NASCIMENTO, 2009, FORSTER *et al.*, 1994). No Brasil, o primeiro estudo nacional que passa a incluir o uso de solventes foi realizado em 1987, através do “Levantamento Nacional sobre consumo de drogas entre estudantes (SENAD/CEBRID), tendo os solventes como as drogas mais consumidas. Em estudo desenvolvido mais recentemente por Noto *et al.* (2003), os solventes também aparecem como grupo de substâncias mais consumidas, após o álcool e o tabaco.

Seguindo a definição de Nascimento (2009) para solventes e inalantes:

Solventes são todas as substâncias capazes de dissolver substâncias, e inalantes são todos os produtos que podem ser inalados, isto é, introduzidos no organismo através da aspiração pelo nariz ou pela boca. Em geral, todo solvente é uma substância altamente volátil, e por esse motivo pode ser facilmente inalado. Para ser utilizado como droga de uso, o inalante deve conter os compostos voláteis

tóxicos disponíveis em quantidade suficiente para causar efeitos tóxicos. Entre essas substâncias encontram-se os aerossóis, os hidrocarbonetos voláteis, adesivos de contato a base de solvente, fluidos corretores, solventes derivados do petróleo e tineres.

Os solventes podem ser classificados de acordo com suas características químicas (hidrocarbonetos, compostos halogenados, compostos oxigenados); uso comercial (tineres, sprays, colas); efeitos farmacológicos e comportamentais (anestésicos, relaxantes, estimulantes). Popularmente, eles são conhecidos pelo seu uso comercial, porém para efeito de intoxicação, o mais relevante é o composto volátil tóxico presente. (NASCIMENTO, 2009. p. 6).

Deve-se ressaltar que a produção de dados desta pesquisa não trata de todas as crianças e adolescentes usuários abusivos de solventes, mas dos que se apresentam como resultado dos processos de produção de discriminação social, cultural, racial, étnica, econômica e das violências sofridas, considerando-os mais sensíveis analiticamente.

Não se pretende afirmar que a população usuária abusiva de solventes e inalantes é uma população em situação de rua, contudo, além de outros estudos que apontam (NOTO *et al*, 2003), esta pesquisa observa que é um tipo de droga especialmente utilizada de forma abusiva por crianças e adolescentes vivendo em trânsito ou em situação de rua, com idade média de iniciação ao uso entre 6 e 9 anos. Viu-se que o uso de thinner, a cola e o loló, em especial, tem prevalência em crianças e adolescentes que foram descritas como sendo de baixo nível socioeconômico, baixo nível educacional, socialmente vulneráveis e marginalizados, com o suposto histórico de desestrutura familiar, ausência paterna no processo de criação, envolvidos com álcool e outras drogas, com histórico de abuso sexual e moradia irregular permeada por histórico de violência e desestrutura (PERRON *et al*, 2008; DIEHL *et al*, 2012). No que se refere ao sexo, os meninos se encontram entre os maiores consumidores (GARLLAND *et al*, 2011; PERRON *et al*, 2008), mas também há uma incidência significativa de meninas ).

Por isso, foram identificados os déficits relacionados aos resultados da miséria, do analfabetismo, dos conflitos familiares, das relações de gênero, das oportunidades de trabalho e renda, da aceitação social, do racismo e das relações interpessoais dessa população em situação de discriminação. Neste sentido, tal estudo analisou de que forma estes processos discriminatórios referidos acima corroboraram com o uso abusivo da droga, partindo, principalmente, do olhar sobre esses indivíduos considerados socialmente “indesejáveis”, “drogados” e “violentos” (VALLIM 2017, 2015) que se encontram em condição marginal, especialmente os que estão em situação de rua .

O tratamento e imagens dados pela mídia ao uso de drogas por crianças e adolescentes em situação de rua os transforma, no imaginário popular, em uma ameaça social, criando riscos reais e virtuais e transfere para o comportamento cotidiano da população em geral aversão e medo sobre a representação destas crianças e adolescentes (ADORNO, 1998). Dentre os significados que são dados à estas crianças e adolescentes estão o “ser drogado” e o “elemento perigoso” (VALLIM, 2015; ADORNO & da SILVA, 1998). Com isso, “a presença de qualquer jovem de feições pobres ao lado de cidadãos motorizados passa a representar uma ameaça, seja essa real, seja aquela que passa a fazer parte do imaginário da população” (p. 60).

Para tal, São Paulo e Rio de Janeiro foram as cidades escolhidas para a realização desta pesquisa por serem grandes metrópoles que convivem com problemas relacionados à crianças e adolescentes em trânsito e em situação de rua, fazendo uso abusivo de solventes e inalantes como thinner, loló, lança perfume e cola (VALLIM, 2015, 2017; ADORNO, 1996; MALVASI & ADORNO, 2014, NOTO ET AL, 2003, PROJETO PIXOTE, 2016, CASAS VIVA, 2015), e por apresentarem questões relacionadas a: (1) problemas constantes relacionados à violência, preconceito e estigma direcionado a populações vulneráveis, especialmente aos grupos que se encontram em situação de rua; (2) do consumo abusivo de thinner, loló, lança perfume e cola acompanhados de ações repressivas à população que consome (CEBRID, 2014, VALLIM, 2015, VALLIM, 2012); (3) conflitos frequentes entre polícia e usuários; (4) demandas que se referem ao atendimento à saúde; (5) e, principalmente, a necessidade de compreender este grupo que se apresenta como resultado dos processos de discriminação e envolvido em um contexto que poderíamos chamar de sócio cultural com marcas específicas.

No Rio de Janeiro, dentre as drogas mais utilizadas pelas crianças e adolescentes em situação de rua estão, especialmente: a maconha, cocaína em pó, crack, *zirrê* (maconha e crack triturado e polvilhado no cigarro), thinner, loló e cola, sendo que estas três últimas também se apresentam como as drogas mais utilizadas no rito de iniciação ao consumo (VALLIM, 2015, VALLIM ET AL 2015B, VALLIM, 2012), e os pontos de consumo se espalham em diversos locais da cidade (VALLIM, 2015). Em São Paulo, as drogas mais usadas entre as crianças e adolescentes em situação de rua estão os solventes e inalantes como thinner, cola, loló e lança perfume (CEBRID, 2014), e os principais pontos de

concentração desta população encontram-se na região central no Vale do Anhangabaú, Praça da Sé, Pátio do Colégio, República e Dom Gaspar (PROJETO QUIXOTE, 2016). A maconha e cocaína também são utilizadas, mas de forma recreativa. Também há o uso do crack, mas este é utilizado de forma abusiva por outra população, e não a que faz uso de solventes. Um dado interessante é que tanto no Rio de Janeiro, quanto em São Paulo percebe-se uma distinção estabelecida dos usuários abusivos de solventes para os usuários abusivos de crack. Neste caso, crianças e adolescentes usuárias abusivas de solventes estigmatizam e posicionam as crianças e adolescentes usuárias abusivas crack em uma categoria de menor valor social, não havendo interlocução e aproximação entre os grupos (PROJETO QUIXOTE, 2016, CASAS VIVA, 2015)

### **3 – JUSTIFICATIVA**

Becker (2009) aponta que um dos temas considerados mais importantes analisados em sua época de estudante na Escola de Chicago era o da “delinqüência juvenil”, que afetava especialmente os jovens filhos dos grupos de imigrantes de Chicago que não eram criados da forma como a população dominante da cidade considerava ser a apropriada. Muitos destes praticavam pequenos delitos e suas ações eram dadas como um grande problema. Tal questão era vista, em parte, como um problema de reforma: o que vamos fazer com essas crianças? E de outro lado, como um problema de teoria sociológica pautada na importância sobre como são construídas as relações de sociabilidade e de que forma estas podem interferir no comportamento destas crianças e adolescentes.

No Brasil, o que se observa, especialmente através do papel da grande mídia e de alguns parlamentares, principalmente frente à atual discussão sobre a redução da maioria penal, é que as questões referentes aos problemas relacionados à crianças e adolescentes em situação de rua, situação de risco ou em conflito com a Lei, são apontadas como um problema de reforma, ou seja, como uma mudança que deve partir da legislação vigente com o intuito de penalizar estas crianças e adolescentes, e não do sistema social que as permeia ( como se sabe, no Brasil, crianças e adolescentes não são penalizados, mas cumprem medidas sócio-educativas ou protetivas e toda pessoa menor de 18 anos responde por um ato infracional, e não pela prática de crime ou de contravenção penal (ECA). Mas há um projeto de Lei (PEC 171/1993) que prevê uma alteração na redação do artigo 228

da Constituição Federal com o intuito de retirar a imputabilidade penal do maior de dezesseis anos. Se aprovada, ocorrerá uma redução da maioridade penal reduzindo imputabilidade para 16 anos de idade, e não mais 18 anos).

É claro que há uma forte invisibilidade no que se refere aos processos de vida destes jovens que acaba “estimulando” e “permitindo” a formulação de ações focadas na repressão e criminalização deste grupo.

Por outro lado, há uma análise sobre os problemas relacionados à crianças e adolescentes em situação de rua, situação de risco ou em conflito com a Lei vista como um problema de teoria sociológica, antropológica e de saúde pública, pautada na importância sobre como são construídas as relações de sociabilidade e de que forma estas podem interferir no comportamento dessas crianças e adolescentes. Dentro deste intuito, o presente projeto compreende de que forma os problemas relacionados aos processos de produção de discriminação, à situação de rua e ao comportamento deste grupo advém do processo de construção de suas relações de sociabilidade e de seu histórico sociocultural, interferindo no comportamento destes, em sua situação de moradia, saúde e no uso abusivo de drogas.

Uma das formas de avaliar a existência de cidadania é através da distribuição dos benefícios e serviços oferecidos pelo Estado aos seus cidadãos. A marginalidade ocorre quando há falha ou desigualdade nesta distribuição, e é neste cenário ocorrem os problemas relacionados a moradia, e o consumo de drogas se apresenta como problema social, sendo “nesse contexto socioeconômico mais amplo que o consumo de drogas tem crescido grandemente entre as parcelas mais pobres da população [...] as mais afetadas pelas falhas da escola e do mercado de trabalho em lhes dar esperanças e projetos para o futuro (ZALUAR, 1994, p. 11), e o uso de substâncias psicoativas, como os solventes e inalantes pode ser entendido como uma das atividades que pertencem a esse circuito , (VALLIM 2015B, RAUP & ADORNO, 2011).

Em estudo desenvolvido por Vallim (2015) com a população usuária abusiva de drogas vivendo em situação de rua nas cidades do Rio de Janeiro e em Nova Iorque, observou-se que a ausência e/ou situação precária de moradia se dava em função da ocorrência de falhas sociais no modo de organização de vida referentes a: (1) à ausência parental; (2) ao abandono; (3) à miséria; (4) à desestrutura familiar; (5) ao uso abusivo de

drogas; (6) à violência nos territórios habitados anteriormente; (6) a dificuldade da família para lidar com o uso abusivo de drogas; (7) aos e efeitos da política de encarceramento. Tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos o Estado ainda não oferece, igualitariamente, a prestação dos serviços sociais fundamentais a suas populações. As políticas sociais nestes dois países estão subordinadas ao processo de acumulação de capital, o que explica o fato de o Brasil ser a sétima e Estados Unidos a primeira economia do mundo e, ainda assim, ocuparem, respectivamente, a septuagésima nona e a quinta posição em desenvolvimento humano. Os indicadores socioeconômicos, somados à pobreza, discriminação racial e étnica, além das falhas do Estado não explicam, mas podem propiciar o “ato desviante” (BECKER, 2008, VALLIM, 2015) e a “escolha ou adesão às subculturas de uso de drogas” (ZALUAR, 1994, p 11).

A análise do cotidiano de crianças e adolescentes usuários de solventes em situação de rua destaca a importância da dimensão da rua como território de moradia e de consumo abusivo de drogas na composição de suas práticas e estilos de vida (VALLIM 2014, 2015B, 2015, ADORNO & RAUP, 2011). Neste estudo, foi observado que há uma grande diversidade de situações de rua que, em grande parte traz consigo aspectos que podem facilitar a adesão ao uso abusivo de solventes, como: ser uma substância legal, com baixo custo e fácil acesso, e ter um rápido efeito, o que permite à estes grupos se manterem atentos ao entorno e que faz com que possua grande apelo entre crianças e adolescentes em trânsito e em direção a rua (NASCIMENTO, 2009, WHO, 1999, CEBRID, 2003), e a compreensão da dinâmica espacial sobre a utilização destes territórios chama a atenção para a construção e adesão de territórios psicotrópicos (FERNANDES, 1997, RAUP & ADORNO, 2011) e para as dinâmicas presentes nestes contextos.

Observa-se um grande estigma dirigido à estas crianças e adolescentes usuárias abusivas de solventes e inalantes, ocasionando em processos de discriminação que os direciona a um modelo de representação social que os categoriza como “desviantes”, “atípicos”, “desajustados” e “anormais” (VALLIM, 2015, VELHO, 1975, YINGER, 1960, BECKER, 2008 ) por se encontrarem incluídos no conceito atribuído à contracultura, especialmente por três fatores: (1) fazer uso abusivo de uma substância psicoativa considerada uma ameaça social; (2) ser uma população marginal vítima dos processos de produção de discriminação social, cultural, racial, étnica e econômica; (3) possuírem uma



linguagem, vestimenta e lazer (estilo de vida) considerados como manifestações de distúrbios de ordem psicológica (MALVASI & ADORNO, 2014):

Como não o é, a vulnerabilidade do ambiente social e familiar são os elementos usados para caracterizar esses jovens como “anormais”. Para aquele que rompe com o padrão comportamental considerado “normal”, a tendência tem sido caracterizá-lo como “anormal” de alguma forma – seja pela drogadição, seja pela desestrutura familiar ou qualquer outro fator de vulnerabilidade individualizante. A vulnerabilidade desenhada pelos pareceres psicológicos não é apenas econômica e social; ela é também um dispositivo que permite a passagem do ambiente (considerado vulnerável) para o comportamento. ( p 35).

San Román (1991) e Medeiros (2010) apontam a existência da produção de mecanismos sociais que promovem o distanciamento entre os grupos marginais e as normas sociais. Isto acarretaria um processo de exclusão desses grupos marginais para fora de espaços sociais, até mesmo os de promoção aos recursos públicos. Mas há variações no processo de marginalização que são suscetíveis à tensão entre inclusão e exclusão das práticas e posturas dos demais atores nas situações de encontro.

As autoras ainda argumentam que os principais fatores de risco desses grupos marginalizados são as dificuldades de acesso às condições básicas de sobrevivência. Contudo, parte da mídia, a mais conservadora e preconceituosa, projeta a ideia na população de que o perigo nas cidades está justamente nesses grupos, que, por sua vez, tendem a aceitar esta ideia ao internalizar o preconceito contra eles. Isto enfraquece a reivindicação por direitos sociais e cidadania, legitimando socialmente a noção de identidade degradada dada por esses agentes na mídia a tais categorias de pessoas marcadas por diferenças do padrão considerado normal. Medeiros (2010) afirma que isto provoca prejuízo moral, a desvalorização da imagem que têm de si mesmos, impossibilitando ainda mais o acesso aos serviços por esta população.

Este processo, que dificulta o acesso aos direitos sociais e à cidadania dessa população marginal, estimula a criação de mecanismos de identificação comum, que fecha num círculo em que todos os que têm o comportamento considerado desviante, como o usuários de drogas ilegais. As vulnerabilidades relacionados à moradia, ao trabalho, à renda, à escolaridade, à raça e à opressão expõem a necessidade de reflexão sobre a interseção entre uso abusivo de drogas e estas vulnerabilidades sociais neste grupo de crianças e adolescentes vivendo em situação de rua.

Por se tratar de uma população que socialmente vive na invisibilidade e marginalizada, a convivência em meio ao consumo de drogas é recorrente pelo fato de ocuparem territórios geralmente subordinados à violência e ao tráfico de drogas (VALLIM, 2015, 2015B, 2018, ZALUAR, 1994). A vasta disponibilidade de drogas nestes espaços permite que tenham acesso fácil, ocasionando no uso de diversas substâncias psicoativas, legais e ilegais (VALLIM, 2015, ADORNO, 1996, RAUP & ADORNO, 2011, MALVASI & ADORNO, 2014, ZALUAR, 1994; BOURGOIS, 2002; REINERMAN & LEVINE, 1997).

Há uma grande diversidade de aspectos relacionados à situação de rua referentes a questões familiares, econômicas e individuais, como, por exemplo, a liberdade e ausência de limites que a rua proporciona (ADORNO, 1996, ADORNO & MALVASI, 2014, NASCIMENTO, 2009, MACIEL et al., 1997; MENEZES & BRASIL, 1998). A idade média em que esta população vai para as ruas é de seis a doze anos e grande parte traz consigo contextos que atenuam a probabilidade ao uso de drogas psicotrópicas e o uso de solventes e inalantes que se apresentam como drogas que produzem efeitos satisfatórios e, por serem produtos legais, fáceis de se obter e com um baixo custo e efeitos rápidos, o consumo se dá com mais facilidade, o que faz com que possuam grande apelo entre crianças e adolescentes pobres (NASCIMENTO, 2009, WHO, 1999; CEBRID, 2003). Tal quadro permite olhar para estas crianças e adolescentes, “como uma expressão social urbana contemporânea que suscita ao mesmo tempo a discussão sobre a cidade, as formas de vida e de conduta” (ADORNO, 1998, p. 52) e chama a atenção para a construção/adesão a territórios psicotrópicos onde a droga se apresenta como um dispositivo urbano de deslocamento, ocupação e representatividade, assim como de insegurança pública (FERNANDES, 1995, ADORNO, 1998, ADORNO & DA SILVA, 1998).

Em nossa sociedade moderna, a utilização de vários tipos de drogas como os solventes e inalantes, o crack, a cocaína em pó, a maconha, o álcool, a heroína, o ecstasy, antidepressivos, etc, são utilizados como uma ferramenta para mascarar os déficits nos espaços de relações interpessoais (familiares e afetivas) e ausências incorporadas ao estilo de vida (falhas sociais) (MEDEIROS, 2008, VALLIM, 2015). O cotidiano destas crianças e adolescentes apresenta-se cercado por ausências, precariedades e incertezas no que se

refere ao futuro; por isso, consideram que é preciso “ter uma mente<sup>2</sup>” para lidar com o imponderável de uma “*vida loka*” (MALVASI & ADORNO, 2014).

Neste sentido, a importância do cenário sociocultural no processo de utilização de substâncias psicoativas e nos aspectos referentes aos padrões de uso torna-se primordial. Deste modo, as determinações sobre uso compulsivo e uso controlado são extremamente significativas na medida em que regulam formas de controle social diversas para cada tipo de consumo (ZINBERG, 1984, BECKER, 2008, VALLIM, 2015, MACRAE & SIMÕES, 2000).

Diante a realidade exposta, a rua reúne elementos para alterar a vida social e se apresenta para estas crianças e adolescentes como um espaço de alteração de consciência (FERNANDES, 1995, FERNANDES, 1997, ADORNO & DA SILVA, 1998, ADORNO *et al*, 2013), e o uso abusivo de solventes e inalantes se apresenta como uma alternativa de satisfação, de modo a amenizar os “problemas da vida” e como uma maneira de preenchimento de angústias e referenciais (ALBUQUERQUE, 2010). É o espaço em que os invisíveis se tornam, entre si, visíveis.

Portanto, embora Rio de Janeiro e São Paulo sejam duas grandes metrópoles que possuem realidades econômicas, culturais e sociais distintas, observa-se que o perfil sociocultural de crianças e adolescentes vivendo em trânsito ou em situação de rua e usuárias abusivas de solventes se assemelha no que se refere aos aspectos – especialmente as falhas - sociais, culturais e econômicas no processo de organização de vida, fortalecendo os argumentos em torno das dimensões socioculturais do uso abusivo de drogas e dos aspectos sociais de organização de vida e comportamento, e chamando a atenção as demandas deste grupo e sobre a necessidade de fomentar políticas de atenção à saúde específicas para esta população.

## 5 – MÉTODO

As Ciências Sociais construíram uma abordagem sobre o uso de drogas a partir da compreensão do uso como uma prática pessoal e, também, como uma questão social contemporânea (FIORE, 2013). Para MacRae & Vidal (2006), pesquisas no campo do uso

---

<sup>2</sup> “Ter uma mente” significa possuir um objetivo material ou social concreto, e conseguir alcançá-lo por meio de uma gestão adequada dos recursos e dos riscos” (MALVASSI & ADORNO, 2014. P 38).

de substâncias psicoativas, que analisam os fatores socioculturais, tem por intuito observar as “tensões e conflitos na sociedade, assim como as determinações sociais da saúde/doença” (p. 647). Para os autores, as análises que visam uma abordagem da epidemiologia clínica geralmente estão centradas nas relações entre “o agente patogênico (droga) e o organismo enfermo (usuário de droga)” (p. 648). Diante disso, há necessidade de atribuir maior importância em análises que congreguem a ação farmacológica das substâncias e o contexto sociocultural em que se dá o uso da droga, especialmente através do estabelecimento de interlocução entre o pesquisador e o sujeito pesquisado, por meio de contato pessoal e participação no meio cultural do grupo analisado, assim como colocado por MacRae & Vidal:

A ação farmacológica das substâncias não pode ser tratada em separado de fatores com determinantes de natureza sociocultural, tais como padrões de uso. De fato, as abordagens da questão das drogas não podem deixar de tratar de temas como: (a) os significados atribuídos ao uso e a sua persistência; (b) os distintos usos e as formas de vida correlatos; (c) as expectativas sobre os efeitos do uso dessas substâncias; (d) a identidade social do “usuário”, do “toxicômano”, do “traficante” etc.; (e) o funcionamento do comércio ilegal; (f) o funcionamento das instituições assistenciais, suas práticas e ideologias, e como ajudam a configurar o “problema”. Temas como esses necessitam não somente abordagens “qualitativas”, mas também etnográficas, que pressupõem a ida do pesquisador ao campo e seu estabelecimento de relações pessoais com os sujeitos, por meio e da participação direta na vida cotidiana e no meio cultural deles (p. 650).

Diante da vulnerabilidade e das falhas nos campos social, da saúde, da educação e da segurança pública das populações menos favorecidas, especialmente daquelas vivendo em situação de rua, em particular destas crianças e adolescentes usuárias abusivas de solventes, fez-se necessária a construção de um método de pesquisa. Este método presumiu a ida da pesquisadora ao campo e o “estabelecimento de relações pessoais entre ele e os sujeitos, por meio da participação cotidiana direta em seu meio cultural” (MACRAE & VIDAL, 2006, p. 647).

Foi utilizado método qualitativo de pesquisa que reuniu a observação participante, diários de campo e história de vida, procedimentos que permitiram o “estudo das interações sociais e dos processos interpretativos e simbolizantes, por meio dos quais a realidade é constituída e apreendida culturalmente” (MACRAE & VIDAL, 2006 p. 648).

Portanto, durante 09 meses foi realizado trabalho de campo nas duas cidades. No Rio de Janeiro, de dezembro de 2017 a maio de 2018, no percurso da pesquisa, foram visitadas as cenas do Largo do Machado, Flamengo, Praça São Salvador e Glória, e em São Paulo, de junho a agosto de 2018 foram visitadas as cenas do Vale do Anhangabaú, Praça da Sé, Pátio do Colégio, República e Dom Gaspar, todas as cenas localizadas em espaços públicos ou abandonados. Como consequência, ocorreram diálogos, conversas e observações crianças e adolescentes em trânsito ou em situação de rua usuárias abusivas de solventes em ambas as cidades.

Zaluar (2009) indica que o trabalho de campo com base na observação participante é o modo de compreender a “sociedade” ou a “cultura” analisada que resulte na sua reconstituição considerando o ponto de vista do nativo, o que possibilita que os aspectos subjetivos do espírito nativo sejam incorporados a investigação. Para isso, o processo de captação de material de campo ocorre mediante a interação, contato, face a face, olho no olho entre o “observador” e o sujeito pesquisado que, por sua vez, é composto de subjetividades. Contudo, quando o sujeito de análise encontra-se à margem da lei, o “observador” torna-se mais susceptível à suspeita deste e, para que o observador adquira esta confiança sem ter que se tornar um deles, faz-se necessário “saber entrar” e o “saber sair”, conforme explicado pela autora:

A arte de se relacionar e a criatividade em fazer as perguntas certas a pessoas certas não se aprende em textos acadêmicos, mas na experiência vivida, na atenção redobrada para “saber entrar” e “saber sair”, expressões nativas corriqueiras, principalmente nas vizinhanças dominadas por traficantes (p.568).

A observação participante é indicada para assinalar problemas ou impasses que necessitam ser analisados em maior detalhe e penetrar no mundo dos sujeitos da pesquisa, o que implica relação mais próxima entre o pesquisador e sujeito pesquisado no local onde o último está. Nesse processo, o pesquisador deve focar-se nos significados, visão de mundo e concepções ideacionais dos sujeitos – considerando, também, o que é captado através das entrevistas e relacionar as informações levantadas com o comportamento observado. Faz-se necessário, neste percurso, tomar conhecimento sobre a linguagem e os padrões de comportamento do grupo analisado (MACRAE & VIDAL, 2006).

Há a necessidade do registro e interpretação das culturas, subculturas ou estilos,

diante a nova face das sociedades nacionais, cada vez mais híbridas e diferenciadas, especialmente no estudo sobre o que Zaluar (2009) chama de “novos objetos urbanos”, referindo-se à “cultura” considerada como juridicamente ilegal e moralmente inaceitável pela maior parcela da população, classe social ou vizinhança, como no caso de criminosos e usuários de drogas. Para Zaluar (2009), em função de uma uniformidade cultural inexistente, fenômenos mundiais manifestam-se operando pela desumanização do dito como desviante, criminoso e inimigo, o que acaba por justificar o excesso cometido. Diante disso, faz-se necessário, nas Ciências Sociais, especialmente na Antropologia, a compreensão sobre esses grupos:

como afirmaram os fundadores da disciplina, não se pode deixar de levar em consideração o que pensam as pessoas afetadas por tais violências e violações. A elas cabe a última palavra, que são múltiplas, sobre o que acontece, onde, como, por quem e por quê (p. 559.).

Neste sentido, a observação empírica demanda aprender uma nova maneira de olhar, de falar, uma nova postura capaz de permitir a entrada e permanência nesse universo peculiar. Por isso, foi necessário estabelecer uma relação de afinidade e confiança com estas crianças e adolescentes e construir uma relação de proximidade. Durante os 5 meses em que a pesquisa ocorreu no Rio de Janeiro, assim como nos 3 meses em que ocorreu em São Paulo, foram construídos vínculos de confiança e proximidade das crianças e adolescentes analisados com a pesquisadora, o que possibilitou a mesma analisar os significados complexos e conotações socioculturais que exercem influências significativas nas motivações destes sujeitos ao consumo abusivo desta droga. Não se trata de algo simples já que, em função deste conjunto de “complexidades e significados socioculturais, somente é possível uma avaliação devida através de uma inserção no campo a ser pesquisado.” (MACRAE, 1998. P.99).

Para isso, o trabalho de pesquisa em campo foi primordial, por meio de uma aproximação delicada, a utilização de uma linguagem simples e, especialmente, respeito ao livre arbítrio e ausência completa de julgamentos e preconceitos. E, acima de tudo, a conquista dos territórios frequentados a confiança dos indivíduos aqui analisados, assim como posiciona Bourgois (2002):

Assim como já notei, as técnicas tradicionais de pesquisa em ciências sociais utilizadas nos Censos estatísticos ou nas pesquisas de amostras aleatórias em bairros não podem acessar com precisão as pessoas que sobrevivem à margem da

economia – muito menos àqueles que vendem ou usam drogas ilícitas. Por definição, indivíduos marginalizados socialmente, economicamente e culturalmente e que possuem uma imagem negativa da sociedade em geral. A maioria dos usuários de drogas e traficantes desconfiam da sociedade em geral e não irão revelar experiências íntimas sobre o abuso de substâncias ilícitas, assim como negociações criminosas a um estranho em um instrumento de pesquisa, não importa o quão sensível ou amigável o entrevistador possa ser. (p. 12. Tradução: Danielle Vallim)

No que se refere a este grupo, as imagens e o conhecimento divulgado por parte da mídia são extremamente estigmatizantes e preconceituosas, o que torna a situação deste grupo ainda mais vulnerável. A construção de imagens negativas, os preconceitos e a instauração do medo em torno do de crianças e adolescentes em contexto de rua no Brasil promove a idéia de **“demonização do “viciado”<sup>4</sup>** e contribui decisivamente para a cristalização da subcultura marginal (ZALUAR, 1994b. p. 12).

Por isso, as produções de dados desta pesquisa não procuram dialogar com o imaginário, ou com informações veiculadas pela mídia e outros meios de divulgação de informações estas crianças e adolescentes em contexto de rua; mas sim, pretende dialogar com diretamente com estes sujeitos e suas vulnerabilidades, dificuldades, realidades e dramas, vivendo e convivendo com o universo pesquisado, assim como apresenta Velho (2005).

Neste sentido, viver e conviver com os universos pesquisados, participando de suas dificuldades e dramas, por períodos de tempo mais extensos, representava, de saída, um esforço para não ficar preso ao senso comum, estereótipos e preconceitos, estudando situações em que matizes, ambiguidades e contradições são características inescapáveis” (p. 13).

Contudo, para isso, as abordagens e julgamentos preconcebidos por roupagens científicas, ou pelo papel da mídia que culpabilizam a substância à frente do indivíduo e sustentam posicionamentos preconceituosos e políticas públicas arbitrárias foram rejeitadas (Velho, 2005), abrindo-se espaço para a percepção do sujeito existente a frente do consumo.

## 5.1 - Procedimentos

Participaram da pesquisa crianças e adolescentes de 06 a 17 anos incompletos vivendo em trânsito ou em situação de rua fazendo uso abusivo de solventes e inalantes.

---

<sup>4</sup> Termo pejorativo dado ao usuário abusivo de drogas ilícitas no Brasil.

Devido às dinâmicas de concentração destes grupos nas duas cidades, foram escolhidos para o trabalho de campo os espaços de convivência que estes grupos frequentam e constroem redes de sociabilidade. A opção por estes espaços se dá em função da: (1) facilidade para a interlocução entre pesquisadora e sujeitos analisados em função da concentração, frequência e manutenção destes grupos nestes espaços; (2) haver o uso abusivo de thinner, loló, cola e lança perfume pela população analisada; (3) serem espaços públicos sujeitos à interferência de ações do Estado, sociedade civil e transeuntes. Com isso, foi possível, também, analisar a interação, comportamento e ações entre os diversos atores envolvidos com os sujeitos analisados.

Como forma de aproximação destes grupos, além da própria habilidade e experiência da pesquisadora em se aproximar e criar vínculos com esta população por meio da realização de pesquisas sociais desenvolvidas anteriormente com objetivo de analisar o contexto sociocultural em populações socialmente marginalizadas, usuárias de drogas e vivendo em situação de rua, onde foram utilizadas, como método, a técnica de observação participante, histórias de vida e diários de campo nos territórios em que estas populações habitam e fazem uso abusivo da droga (VALLIM, 2015, VALLIM, 2015b, VALLIM, 2015c, VALLIM, 2012, também foi utilizado em São Paulo um facilitador local – Romero, um voluntário que executa trabalhos de assistência social e cuidados à saúde da população analisada e, portanto, possui mais acesso ao campo.

Em São Paulo, foi frequentado o Vale do Anhangabaú, Pátio do Colégio, Praça da Sé, República e Dom Gaspar, localizados na região central da cidade, escolhidos por possuírem grandes concentrações da população analisada, tanto vivendo em situação de rua, quanto fazendo uso abusivo de solventes (PROJETO QUIXOTE, 2016). Como forma de inserção ao campo e proximidade a pesquisadora frequentou os locais em uma média de 1 vez por semana durante 3 meses, construindo vínculos e proximidade com os sujeitos analisados.

No Rio de Janeiro, por 5 meses, de 1 a 2 vezes por semana foram frequentados o Largo do Machado, Praça São Salvador, Flamengo e Glória, localizados na zona Sul da cidade. A pesquisadora já é ambientada com os territórios e com a população analisada nestes espaços por residir no entorno.

Por meio da aproximação da pesquisadora com os sujeitos da pesquisa, foram



observados seus cotidianos, as formas de uso da droga e suas representações, assim como suas condições de moradia, representações familiares, educação, escola, renda, dentre outros aspectos.

Considerando que o método se baseou na técnica de observação participante, histórias de vida e diários de campo, por meio da aproximação da pesquisadora com os sujeitos da pesquisa, foram incluídas as categorias dos sujeitos analisados e seus variados significados à narrativa etnográfica, ou seja, fazer da subjetividade dos pesquisados parte da análise da pesquisadora.

A quantidade de participantes foi indefinida, já que se baseia numa técnica de observação e histórias de vida, mas se chegou a média de uma centena. Contudo, a pesquisadora procurou manter a mesma sequência de observações em ambas as cidades, de modo a não interferir nos resultados da pesquisa.

A pesquisa foi de caráter voluntário e confidencial. Os sujeitos analisados possuem seu anonimato garantido e são identificados por meio de nomes fictícios.

## **6 – RESULTADOS**

A presente pesquisa observou uma grande diversidade de aspectos relacionados à situação de rua referentes a questões familiares, econômicas e individuais, como, por exemplo, a liberdade e ausência de limites que a rua proporciona (ADORNO, 1996, ADORNO & MALVASI, 2014, NASCIMENTO, 2009, MACIEL et al., 1997; MENEZES & BRASIL, 1998). A idade média em que esta população vai para as ruas é de seis a doze anos e grande parte traz consigo contextos que atenuam a probabilidade ao uso de drogas psicotrópicas e o uso de solventes e inalantes que se apresentam como drogas que produzem efeitos satisfatórios e, por serem produtos legais, fáceis de se obter e com um baixo custo, o consumo se dá com mais facilidade, o que faz com que possuam grande apelo entre crianças e adolescentes pobres (NASCIMENTO, 2009, WHO, 1999; CEBRID, 2003).

Crianças e adolescentes em trânsito e em direção à rua, marcados por um estilo de vida construído por adesão a um espaço imerso em situações de vulnerabilidades, tais como: falta de proteção, exposição exagerada, assédios, desestrutura familiar, miséria, pobreza, abuso sexual, racismo, e baixa escolaridade (ADORNO, 1996, VALLIM, 2015).

Adorno (1996) esclarece que este conjunto de dispositivos e situações promove “a construção de estratégias de mecanismos de manipulação e defesa que acabam por formar um tipo de sociabilidade que se produz e reproduz tendo como referência o grupo, “a turma”, o “bando”, que se opõe à casa, à família como forma de organização de vida” (p.4).

Tanto no Rio como em São Paulo viu-se que a rua se apresenta como um território de moradia transitória. Foi observado na maioria dos discursos que estas crianças e adolescentes revelam possuir moradia, normalmente em territórios distantes da região central da cidade, favelizados, violentos e com pouco acesso à serviços de infra-estrutura. Observa-se que a idade média de iniciação à rua é aos 6 anos, percorrendo, por muitas vezes, toda a trajetória de vida da pessoa. É muito comum e corrente ouvir em seus discursos a frase: “*eu tenho casa, mas gosto da rua, tia, venho pra rua desde criança me acostumei com a rua, tia*”. Assim como, em vários momentos foi possível observa-los por um período ausente da rua e, quando os reencontravam me diziam que “*estavam passando um tempo em casa*”. Neste sentido, a rua se apresenta como um território que provê mais possibilidades de acesso a serviços, e redes que se apresentam mais agradáveis que seus territórios de moradia, normalmente permeados por precariedade, conflitos, violência e falhas sociais. As causas que os levam à rua são, principalmente, fácil acesso a dinheiro e comida, seja como pedintes, ou como vendedor balas e doces. Este rito de iniciação normalmente se inicia juntamente com algumas figuras familiares como mães e avós, que os levam para a rua para captar dinheiro para despesas domésticas.

Durante o processo de pesquisa constatou-se que é muito normal observa-los em bandos (ADORNO, 1996) normalmente de 3 a até 15 pessoas. Tanto no Rio, quanto e, São Paulo observa-se que durante o dia costumam transitar entre os bairros. No Rio, transitam entre o Largo do Machado, Flamengo, Praça São Salvador e Botafogo. E em São Paulo, também transitam em todas as regiões analisadas. O trânsito entre bairros geralmente ocorre durante o dia em função da facilidade de deslocamento a pé, normalmente em bandos de 3 a 5 pessoas, e por duas razões: captar dinheiro como pedintes e vendendo bala, e pedir comida na porta de restaurantes e redes de *fast food* como Bobs e Burger King. Já a noite as concentrações são maiores. No Rio, normalmente dormem no Largo do Machado em bandos de aproximadamente 15 pessoas, e em São Paulo, costumam dormir na Praça da Sé, ou embaixo do viaduto da 23 de maio em um espaço interdito e protegido. Em uma

das visitas de campo fui ao viaduto com o Romero e, para se chegar lá é absolutamente perturbador, pois o local em que dormem fica exatamente no vão central e a única forma de se chegar ao local é tendo que atravessar a Avenida 23 de Maio (que possui um fluxo intenso de carros a uma média de 70km/h). Fiz isso uma vez em torno de 09/10h da manhã e foi realmente bastante tenso o processo de ter que atravessar a pista. Porém, fazem isto com grande frequência e, muitas vezes, sob efeito da droga. Romero me revelou que sempre há casos de atropelamentos, mortes e escoriações. A fato de sempre dormirem nos mesmos espaços e, normalmente em bandos de até 15 pessoas, é em função da proteção estabelecida no entorno. Normalmente para dormir escolhem locais em que se sentem mais protegidos em função de fatores como: fluxo de circulação de pessoas, e/ou condições locais que remetem a alguma forma de proteção.

Tal quadro permite olhar para estas crianças e adolescentes, “como uma expressão social urbana contemporânea que suscita ao mesmo tempo a discussão sobre a cidade, as formas de vida e de conduta” (ADORNO, 1998, p. 52) e chama a atenção para a construção/adesão a territórios psicotrópicos onde a droga se apresenta como um dispositivo urbano de deslocamento, ocupação e representatividade, assim como de insegurança pública (FERNANDES, 1995, ADORNO, 1998, ADORNO & DA SILVA, 1998).

Conforme já exposto, o uso abusivo de solventes e inalantes é um problema peculiar às crianças e adolescentes em trânsito e em situação de rua afetando a saúde e modo de vida desta população (WHO, 1999, NASCIMENTO, 2009, CEBRID, 2014, MALVASI & ADORNO, 2014, PERRON ET AL, 2008; DIEHL ET AL, 2011, GARLLAND ET AL, 2011, NOTO, ET AL, 2003, PROJETO QUIXOTE, 2016, CASAS VIVA, 2015), portanto, espera-se que os resultados deste estudo possam fornecer medidas urgentes de prevenção e atenção, pautadas na saúde pública, para tratar do uso abusivo dos solventes e inalantes orgânicos entre estas crianças e adolescentes (NASCIMENTO, 2009), assim como atender as demandas sociais referentes ao modo de vida e comportamento, e fornecer subsídios para a tomada de decisões na área de saúde pública e assistência social, assim como na criação de políticas públicas bem delineadas e construídas com o intuito de proteger e beneficiar socialmente esta população.

## 8 - CONCLUSÃO

O uso de drogas é um elemento estrutural e subjetivo para a construção de identidade e seu consumo pode ser justificado com um aporte psicológico, ou como uma forma de pertencimento (MEDEIROS, 2010). As drogas têm um papel fundamental na sociedade contemporânea. Segundo Carneiro (2002), para Freud seria o mecanismo mais eficaz de obtenção de prazer e afastamento da dor. O próprio Freud (2011) entendia as drogas como uma forma de intoxicação na busca pela felicidade e afastamento da desgraça. Viu-se que o prazer proporcionado pelo uso de solventes apresenta-se como uma forma alternativa de amenizar os “problemas da vida”, especialmente em uma população subordinada a situações de miséria, violência, ausência de serviços do Estado, de estrutura familiar, educação, moradia, violência sexual, racismo, estigma, preconceito, entre outros (VALLIM, 2015).

Independente de quão marginais possam ser em números absolutos, estas crianças e adolescentes que se encontram em trânsito e/ou em situação de rua fazendo uso abusivo de solventes nas ruas dessas duas cidades, não podem ser ignorados, eles precisam ser entendidos (BOURGOIS, 2003). Tal motivação é o resultado deste projeto que procura expor a realidade desses sujeitos em extrema situação de vulnerabilidade social.

Em tela estão a pobreza, segregação social, econômica, racial, étnica e política. Como diz Eduardo Coutinho<sup>6</sup>, *“cada um tem suas razões para estar em algum lugar para fazer alguma coisa”*, e este estudo procura identificar quais são as deles. Entretanto, ficar apenas nas explicações e justificativas usadas pelos próprios sujeitos da pesquisa pode limitar o entendimento do sistema mais amplo que os envolve e, até certo ponto, os constitui. Os “nativos” não conseguem enxergar além da sua própria experiência de vida e, embora os significados que eles emprestam a essas experiências devam ser levados em consideração, eles não conseguem dar conta de tudo porque lhes falta a visão de fora que desvenda o que não está dado, não é evidente. Esta é a intenção deste projeto de pesquisa.

---

<sup>6</sup> Cineasta brasileiro.

## 09 - BIBLIOGRAFIA

ADORNO, R. *Crianças e Jovens em Trânsito para a Rua: Um Problema de Saúde Pública*. São Paulo: USP, Faculdade de Saúde Pública (FSP), 1996. Relatório de Pesquisa.

\_\_\_\_\_. *Os imponderáveis circuitos dos vulneráveis cidadãos: trajetórias de crianças e jovens nas classes populares*. In: LERNER, Júlio. (Org.). *Cidadania, verso e reverso*. São Paulo: Imprensa oficial do estado, 1997/1998, p. 93-109.

\_\_\_\_\_; DA SILVA, S. L. *Cenas do Mapeamento Rua: Diários e discussões dos educadores*. In: *Cartografia de uma Rede Reflexões sobre um mapeamento da circulação de crianças e adolescentes em situação de rua da cidade de São Paulo* (orgs.) Leshner, A., Sarti, C., Bedoian, G., Adorno, R., da Silva, S. L. São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_; RUI, T. DA SILVA, S., MALVASI, P., VASCONCELLOS, M., GOMES, B. R., GODOI, T. *Etnografia da crackolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano*. *Saúde . & Transformação Social, Florianópolis*, v.4, n.2, 2013, p.04-13.

BECKER, H. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009. 308p.

BOURGOIS, P. *Selling crack in el barrio*. New York: Cambridge University Press, second edition, 2003. 432 p.

BRASIL. *Constituição Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. 15 ed. São Paulo: Saraiva,

CANADIAN CENTRE ON SUBSTANCE ABUSE(CCSA). *Youth volatile solvent abuse*. Ottawa. 2006. 14 p.

CARNEIRO, H. *A fábrica do vício*. Mariana, MG: Revista de História, Departamento de História/ICHS/UFOP, Mariana-MG, nº 12, 2002. p. 9-24.

CASAS VIVA. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Assistência Social. Rio de Janeiro, 2015.

CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS (CEBRID). *Livreto Informativo sobre drogas psicotrópicas*. São Paulo: UNIFESP, 2003.

\_\_\_\_\_. 2014.

\_\_\_\_\_. *Livreto informativo sobre drogas psicotrópicas*. 5a ed. São Paulo: CEBRID, Universidade Federal de São Paulo; 2010.

DIEHL, A. et al. *Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FERNANDES, J. L. *Actores e Territórios Psicotrópicos. Etnografoa das drogas numa periferia urbana*. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Centro de Ciências do Comportamento Desviante, Universidade do Porto, Portugal, 1997.

\_\_\_\_\_. *Sítio das Drogas. Etnografia Urbana dos territórios psicotrópicos. Toxicodependências*, nº 2, 1995.

FORSTER, L.M.K.; TANHAUSER, Mario; TANHAUSER, S.L. *Toxicologia do tolueno: aspectos relacionados ao uso*. *Rev. Saúde Pública*, v.28, n. 2, p. 167-172, 1994.

FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 96 p.

GARLLAND EL, HOWARD MO, VAUGHN MG, PERRON BE. *Volatile Substance Misuse in the United States. Substance Use & Misuse* 2011; 46:8-20,. Haven: Yale University Press. 1984, 277.

MACIEL, C.; BRITO, S.; CAMINO, L. *Caracterização dos meninos em situação de rua de João Pessoa*. *Psicologia, Reflexão e Crítica*. 10:2, 1997.

MACRAE, E. A. *Abuso de Drogas: Problema Pessoal ou Social?* In; ANDRADE, T. & LEMOS, S. (Org.). *Textos Orientados para Assistência à Saúde entre Usuários de Drogas*. Salvador BA: Editora da UFBA, 1998. pp.1-4.

\_\_\_\_\_; SIMÕES, J. A. *Rodas de fumo : o uso da maconha entre camadas medias*. Salvador: EDUFBA; UFBA / CETAD, 2000.

\_\_\_\_\_; VIDAL, S. S. *A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social:dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas*. *Revista Antropologia [online]*, v. 49, n. 2, 2006. p. 645-666.

MALVASI, P., ADORNO, R. *A vulnerabilidade e a mente: conflitos simbólicos entre o diagnóstico institucional e a perspectiva de jovens em cumprimento de medida socioeducativa*. *Revista Saúde Soc*. São Paulo, v.23, n.1, 2014, p.30-41.

MEDEIROS, R. *Clínica e Croni(cidade): impactos do uso/abuso de crack na configuração urbana e nos tratamentos da toxicomania*. In: Sarpori, L.F., MEDEIROS, R. *Crack: um desafio social*. Belo Horizonte: Puc-Minas, 2010.

\_\_\_\_\_. *Redes sociais: Reflexões sobre as redes informais dos usuários de álcool e de crack*. Belo Horizonte: Sigma, 2008. 220 p.

MEDINA-MORA ME, REAL T. *Epidemiology of inhalant use*. Curr Opin Psychiatry 2008;21:247-51.

MENEZES, D.M.A.; BRASIL, K.C.T. *Dimensões psíquicas e sociais da criança e do adolescente em situação de rua*. Psicologia: Reflexão e Crítica, v.11, n.2, Porto Alegre: 1998.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SECRETARIA NACIONAL ANTI-DROGAS. *“Levantamento Nacional sobre consumo de drogas entre estudantes, 2005*.

NASCIMENTO, A. *Uso de Solventes por crianças e adolescentes em situação de rua no Distrito Federal*. Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós Graduação em Ciências da Saúde da Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

NASCIMENTO, M, AVALLONE, D. *Prevalência do uso de drogas entre adolescentes nos diferentes turnos escolares*. Adolescência e Saúde, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 41-49, 2013 .

NOTO AR, GALDUROZ JCF, NAPPO SA, FONSECA AM, CARLINI CMA, MOURA YG, ET AL. *Levantamento nacional sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua nas 27 capitais brasileiras*. São Paulo: CEBRID; 2004.

NOTO, et al. *Levantamento Nacional sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua nas 27 capitais brasileiras*. São Paulo, SP: UNIFESP/ CEBRID, 2003.

PERRON, B., GLASS, J, AHMEDANI, B., VAUGHN, M., ROBERTS, D., WU, L. *The prevalence and clinical significance of inhalant withdrawal symptoms among a national sample*. Substance Abuse and Rehabilitation 2011;2 69-76

\_\_\_\_\_; HOWARD, M. O. Perceived risk of harm and intentions of future inhalant use among adolescent inhalant users. Drug and Alcohol Dependence; 2008, n. 97, p. 185-189.

\_\_\_\_\_, Matthew O. Howard , Samopriyo Maitraa , Michael G. Vaughnc. Prevalence, timing, and predictors of transitions from inhalant use to Inhalant. Use Disorders Drug and Alcohol Dependence 2009;100:277-84.

PROJETO QUIXOTE. São Paulo, 2016.

RAUP, L., ADORNO, R. *Jovens em situação de rua e usos de crack: um estudo etnográfico em duas cidades*. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 2011 (4): 52-  
REINARMAM, G (Org.); LEVINE, H. (Org.) *Crack in América: demom drugs and social justice*. California: University of Califórnia, Press: Berkeley and Los Angeles, 1997. 388 p.

SAN ROMÁN, T. *La marginación como domínio conceptual. Comentários sobre un projeto en curso*. Em J. Prat et al. *Antropologia de los pueblos de España*. Madrid, 1991.

VALLIM, D. *Os passos dos indesejáveis: Um estudo do contexto sociocultural do uso e usuários de crack nas cidades do Rio de Janeiro e Nova Iorque*. 2015. 222 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. ZALUAR, A.; SAMPAIO, C. *Uma etnografia das cenas de uso de crack no Rio de Janeiro e seus efeitos nos usuários*. In Teixeira, M., Fonseca, Z. (Org.). *Saberes e práticas na atenção primária à saúde: cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas* - 1. ed. - São Paulo: Hucitec, 2015b .263 pgs.

\_\_\_\_\_. *Violados e indignos. Violados e indignos: usuários de crack no Rio de Janeiro e Nova Iorque*. *Psicologia em Pesquisa*, v 9, nº 2, Juiz de Fora, MG, 2015c.

\_\_\_\_\_. SAMPAIO, C. *Uma análise do perfil sócio cultural dos usuários de crack no Município do Rio de Janeiro: relatos de uma Etnografia*. In: Encontro Nacional sobre Sócio-Antropologia do Uso de Psicoativos, 2., 2012, São Paulo, São Paulo.

VELHO, G. *Nobres e Anjos: um estudo sobre tóxicos e hierarquia*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Do Estado do Rio de Janeiro. RJ, 1975.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO)PERRON. *Lexicon of alcohol and drug terms published by the World Health Organization*. Terminology and classification. Substance abuse home , 1999.

YINGER, J. M. *Contraculture and Subculture*. In. *American Sociological Review*. Outubro, 1960.

ZALUAR, A. *A máquina e a Revolta. As organizações populares e o significado da pobreza*, 2ª edição, Editora Brasileira, 1994

\_\_\_\_\_. *Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais*. *Revista Mana*, 15(2): 557-584, 2009

\_\_\_\_\_. *Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos*. São Paulo: Brasiliense, 1994. 170 p.

ZINBERG, N. E. *Drug, set and setting: the basis of controlled intoxicant use*. New Haven: Yale University Press. 277.